



ESCUTA TELEFÔNICA ILEGAL NA BAHIA

Como *O Globo* contou a história

Murilo Marques Gontijo

Centro Universitário de Belo Horizonte

1) Jornalismo: contemporaneidade do espaço público

As discussões sobre os primórdios do espaço público remetem para o conceito clássico de espaço inscrito em um tempo e em um local definido. Ele é lugar de co-presença, onde assuntos relacionados ao funcionamento da sociedade surgem para debate e possíveis deliberações. Assim, segundo Hanna Arendt (1991), o espaço público é o local onde a realidade, aquilo que pode ser visto, emerge. E, ao emergir, torna-se objeto de apreciação, discussão.

Tal conceito confere ao espaço público, pelo menos, duas características, para nós, essenciais. Primeiro, ser lugar de ampla visibilidade; segundo, ser espaço dialógico¹. Entretanto, a concepção de ponto fixo localizado geograficamente e com simetria nas condições de discussão mostra-se insuficiente para a perfeita compreensão de como se constitui o espaço público contemporâneo, cujas marcas são a diversidade de esferas argumentativas e o rompimento das ligações espaço-temporais, derivado da atividade midiática.

Conforme registra Rousiley Maia (1998), ao processar discursos provenientes de diferentes esferas de valor, comunidades e ambientes de ação, a mídia promove a circulação, interpenetração, sobreposição e, conseqüentemente, a reformulação dos discursos. O campo dos *media* tanto permite que os discursos dos diferentes campos sociais se interpenetrem entre si, como possibilita que esses discursos se ancorem nos elementos societários do mundo da vida.

¹ O espaço público da co-presença envolve a reunião de indivíduos em um lugar comum, assumindo, com isso, caráter dialógico. Os indivíduos que falam ou apresentam-se em tal ocasião o fazem diante de outros que podem, em princípio, contribuir com o evento, seja falando ou exibindo outros tipos de comportamento de espectador (THOMPSON, 1999: 114).



Tomando para si o ponto privilegiado do debate acerca da temática de natureza pública, a mídia transforma o conceito clássico de espaço público, que, agora, é abstrato e deslocalizado, tendo limites extremamente flutuantes (MIRANDA, 1995:131). A esse novo espaço público, sob inspiração de Thompson, chame-se mediado. Ao se adotar esse conceito, abandona-se a idéia de um espaço público localizado e dialógico. Registre-se, no entanto, a advertência de Thompson (1999) de que as novas formas de inter-relação criadas a partir dos meios de comunicação não removeram completamente o papel do espaço público da co-presença.

Seria ingenuidade imaginar a mídia como espaço público igualitário, onde vozes de todas as partes do tecido social se manifestassem em mesmo tom. Por operações diversas, que incluem desde a seletividade do jornalista até interesses particulares das empresas de comunicação, os debates levados ao público pelo jornalismo sofrem recortes e mostram-se como fragmentos de um contexto maior. É preciso, pois, chamar a atenção para o jornalismo como lugar de construção e intervenção de sujeitos, lugar de produção discursiva. A confecção da informação midiática, como frisa Mauro Wolf (1995), é uma atividade completamente diferente de uma simples reprodução dos acontecimentos. A sua produção surge-nos como um processo comunicativo que envolve muitas variáveis heterogêneas.

Essa percepção da construção do discurso midiático mostra-nos que os jornais chegam às bancas com informações que contribuem para o debate sobre assuntos públicos, mas também com alta carga de interesses². A partir da visão de heterogeneidade e polifonia do discurso jornalístico, que não é uma particularidade brasileira mas característica da mídia de todo o mundo, evidencia-se que os meios de comunicação estão inseridos em uma sociedade e dialogam com ela, recuperando as dimensões sociais, políticas e culturais do jornalismo.

² Segundo Muniz Sodré, a notícia não corresponde à inteira realidade fenomênica de um fato. Ela atende à retórica organizadora da singularidade factual do cotidiano, consagrada como lógica comercial de um grupo logotécnico denominado empresa jornalística. Por isso, para Muniz Sodré, pode-se conceituar ironicamente a notícia como aquilo que os jornalistas acham que interessa aos leitores e, portanto, notícia é aquilo que interessa aos jornalistas. (SODRÉ, 1998:135). A ironia de Sodré tem fundamento, mas as definições de notícia, como ressalta Valdir Oliveira, são muitas e variadas. “Para Martinez Alberto, a notícia é um fato verdadeiro, inédito ou atual, de interesse geral que se comunica a um público e que é captado pelo sistema informativo, interpretado e valorado pelos seus profissionais. Já I. Herraiz afirma que a notícia é o que os jornalistas acreditam interessar ao público. A notícia, portanto, é o que interessa aos jornalistas. Já para José Nabantino Ramos, notícia é a informação concisa de fato jornalístico, com referência, sempre que possível, a lugar, modo, causa, momento e pessoas ou coisa nele envolvidos. Para Fraser Bond, a notícia não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas é a narração deste acontecimento. (...) Para Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, a notícia é todo fato social destacado em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade”. (OLIVEIRA, 1996: 4)



O jornalismo é, portanto, tensão. Tanto em aspectos discursivos, o que se revela pelo confronto argumentativo, quanto em choque de interesses, o que se manifesta em opções políticas e comerciais. Abre-se, pois, a porta para a discussão não apenas dos proveitos obtidos pela empresa A ou B em determinadas situações, mas de seus comportamentos cordiais, o que implica pensar como as relações da esfera privada interferem na produção noticiosa.

2) Brasil: cordialidade no espaço público

Em valiosa contribuição aos estudos de “Raízes do Brasil”³, João Cezar de Castro Rocha demonstra que o homem cordial, cujo perfil foi traçado por Sérgio Buarque de Holanda, é o sintoma-chave de uma ordem social fundada na prevalência quase exclusiva do privado.

O homem cordial possuiria um fundo emotivo extremamente rico e transbordante, sendo, portanto, incapaz de submeter-se a padrões externos de conduta. Tal característica incompatibiliza o homem cordial com a noção de Estado, o domínio de disposições universais, logo, impessoais. A impossibilidade de deslocar o centro de decisões do contato pessoal para instâncias públicas, esfera sem rosto de regulações abstratas, provocaria no homem cordial o pavor que ele sente em viver consigo mesmo (ROCHA, 1998: 171)

Para João Rocha, a cordialidade deve ser vista menos como índice de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência, criada – e a partir de então naturalizada – numa sociedade cuja esfera pública sempre permaneceu instável. “Deste modo, o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema para-institucional, baseado em contatos pessoais” (ROCHA, 1998:171).

A indagação que se impõe, em um estudo do jornalismo, é até que ponto os contatos pessoais podem interferir na produção noticiosa, tendo-se como referência que a cordialidade se desenvolve a partir da hipertrofia do espaço privado, impondo sua lógica fortemente afetiva a um espaço público real. O homem cordial lida com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações.

³ Livro de Sérgio Buarque de Holanda.



Ora, o homem cordial nada mais é que um personagem que, valendo-se de suas relações privadas, busca auferir ganhos na esfera pública. No limite, equivale a repetir o adágio segundo o qual “aos amigos tudo, aos inimigos o rigor da lei”. Ampliando o horizonte, percebe-se que a visão de bem-estar da sociedade e de perfeito funcionamento do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública.

Afinal, como afirma Rocha, revoltar-se contra o governo do qual se participou, empenhar versos em troca de sinecuras e títulos imperiais ou de cartórios e empregos republicanos são atitudes constantes em uma sociedade órfã de um espaço público fortalecido pela organização efetiva da sociedade civil (ROCHA, 1998:72).

Neste instante, evidencia-se, uma vez mais, a incapacidade do jornalismo de ser espaço público isento. Ele é parte da sociedade em que se insere, repetindo-lhe vícios e virtudes.

3) O Globo e ACM: cordialidade perdida?

Estudar o modo como o jornal O Globo trata o episódio dos grampos na Bahia equivale a medir se um dos mais importantes representantes do jornalismo brasileiro conseguiu afastar-se de sua prática cordial. Roberto Marinho e Antônio Carlos Magalhães⁴ sempre mantiveram fortes laços de amizade, inclusive com o político baiano sendo proprietário de um canal de TV que repete para a Bahia os sinais da TV Globo.

Para efeito das análises aqui desenvolvidas, O Globo foi pesquisado em sua editoria “País” no período que vai de 8 de fevereiro, quando trata do assunto pela primeira vez, até 6 de março, quando noticia que o presidente do Senado, José Sarney, arquivou pedido para investigar o envolvimento de Antônio Carlos Magalhães na escuta ilegal.

⁴ Neste estudo, não se discutem as práticas cordiais de Antônio Carlos Magalhães. Lembre-se, entretanto, que ele é um político cuja marca de atuação é exatamente a cordialidade, a utilização de favores e a prestação de favores. No caso dos grampos telefônicos, parece evidente o envolvimento do senador, que explora sua teia de relações para efetivar as escutas ilegais.

Durante os 27 dias pesquisados, o periódico fluminense abordou o caso dos grampos em 31 matérias distintas, com prevalência para a modalidade notícia⁵ (27 registros), que responde por 87,09% do total. Há também dois editoriais (6,45%) e duas notas em colunas (6,45%).

A atitude do presidente do Senado não implicou a interrupção das investigações e ACM depôs⁶ na Comissão de Ética da Casa no dia 15 de abril. Também a Polícia Federal continuou seu trabalho de investigação, mas até a data em que se produz esse artigo não havia concluído sobre a participação de Antônio Carlos nos grampos.

3.1 - O Caso

Em outubro e novembro de 2001, a delegada Ângela Sá Labanca, pediu à Justiça da Bahia a quebra do sigilo telefônico de 86 pessoas que eram investigadas em inquérito sobre uma quadrilha de seqüestradores. A juíza de Itapetinga, no interior do Estado, Tereza Cristina Navarro Ribeiro, autorizou as escutas. A autorização foi enviada à Secretaria de Segurança do Estado, que, na época, era chefiada pela delegada Kátia Alves, ligada ao senador Antônio Carlos Magalhães.

Valdir Barbosa, delegado-chefe da Polícia Civil da Bahia, fez mais pedidos de quebra de sigilo telefônico para investigações da quadrilha, alegando que havia maior número de participantes do que se imaginava. A Secretaria de Segurança então incluiu na lista os nomes do ex-deputado Benito Gama e de seus parentes e de Adriana Barreto e de pessoas ligadas a ela. A juíza autorizou as novas escutas.

Em uma das autorizações de escuta da juíza, são incluídos, à mão, os nomes do deputado Geddel Vieira Lima e do líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino, ambos adversários de ACM.

No segundo semestre de 2002, começaram a ser divulgadas, entre jornalistas, transcrições de supostas conversas telefônicas de Geddel Vieira Lima.

⁵ À notícia chama-se, aqui, a estrutura de texto que simplesmente anuncia um fato determinado, apelando para construção textual que acompanha a idéia de lead. Reportagem, em contraste, é aquele texto que segue as quatro características já apontadas por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. (SODRÉ & FERRARI, 1986: 15)

⁶ Antônio Carlos Magalhães não compareceu à sessão reservada para sua defesa. Mandou, por escrito, relatório em que rebate as acusações que lhe foram feitas.



Ao todo, 232 pedidos de grampo em 126 telefones foram enviados à companhia telefônica da Bahia, entre 29 de outubro de 2001 e 2 de setembro de 2002.

3.2 - O grampo em “O Globo”

No dia 8 de fevereiro, O Globo trata do episódio dos grampos na Bahia pela primeira vez com uma matéria publicada na parte inferior da página 13 sob o título “PF investiga grampo ilegal a celular de Geddel”. A matéria, acompanhada de foto do deputado Geddel Vieira Lima, informa que o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, mandou abrir inquérito para investigar crime de escuta ilegal envolvendo funcionários da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. O lead diz que Geddel foi uma das vítimas do grampo. Logo no segundo parágrafo, o deputado aparece dizendo que suspeita do envolvimento de Antônio Carlos Magalhães. No último parágrafo, o senador baiano nega o envolvimento e, ressalta o jornal, “em tom de ironia, disse que Geddel só conseguiu eleger mais um deputado federal”. ACM afirma que, por isso, o deputado não pode ser considerado um adversário.

O Globo não assume a defesa de Antônio Carlos na matéria, tampouco ataca o senador. O texto mostra-se bastante equilibrado, abrindo espaço para a informação da Polícia Federal, que constitui o lead do texto, e também para acusador e acusado.

Essa, aliás, é a linha que o diário fluminense segue durante toda a cobertura. Procura exercer o jornalismo com imparcialidade. Assume postura de espaço público, onde se efetivam a argumentação e a contra-argumentação quanto a temas de relevância para a vida da sociedade, como o caso dos grampos telefônicos na Bahia.

Quando defende, em editorial publicado no dia 18 de fevereiro, que não seja composta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a apuração do envolvimento de Antônio Carlos Magalhães na escuta ilegal, argumenta que tal investigação cabe à Polícia Federal. Intitulado “Hora do equilíbrio”, o editorial de O Globo classifica as denúncias de “graves” e diz que a “elucidação do escândalo não interessa apenas às 232 pessoas cuja privacidade foi violada (...) O caso é um exemplo de como a máquina pública pode vir a ser utilizada por interesses privados. Por isso ele precisa ser investigado com extremo rigor e pelo tempo necessário para que a verdade venha à tona”.



Não há em parte alguma do editorial tom de condescendência com o principal suspeito. O Globo não pratica a cordialidade. Defende ser importante esclarecer o caso, descobrir os responsáveis para puni-los com base na lei e nos regimentos. Diz que “ser contra uma CPI para investigar o grampo baiano não significa querer ajudar ou prejudicar Antônio Carlos Magalhães”. Segundo O Globo, uma possível CPI pode emperrar o processo das “imprescindíveis reformas constitucionais”.

No campo político, o editorial de 18 de fevereiro sugere ao Partido dos Trabalhadores que, diante do escândalo, assumira uma postura cautelosa, própria de um partido com responsabilidade de governo.

No mesmo dia 18 de fevereiro, a página 3 de O Globo, a principal de “O País” é completamente dedicada à cobertura da desistência de ACM de concorrer à presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. No título, o jornal informa que “acuado, ACM desiste de CCJ”. O bigode da matéria não deixa dúvidas quanto ao motivo da desistência: “acusado de mandar grampear telefones de inimigos na Bahia, senador abre mão de comissão”. Uma grande foto ocupa a parte central superior da página. Nela, Antônio Carlos acena como se estivesse dando tchau. A legenda completa o sentido: “Antônio Carlos: dando adeus temporariamente à presidência da CCJ, ‘até que o inquérito acabe’”.

O texto ressalta que matérias publicadas no final de semana pelas revistas Veja e Época, esta pertencente às Organizações Globo, mostraram indícios da participação de Antônio Carlos na escuta ilegal na Bahia. A fonte das matérias é a advogada Adriana Barreto, também grampeada. Destacando aspectos da intimidade do senador, a matéria afirma que Adriana se diz ex-namorada de ACM, que é casado há muitos anos com a mesma mulher.

A cobertura de O Globo ouviu diversos senadores sobre a desistência. Falam José Sarney, Jefferson Peres, Amir Lando, José Agripino, Edison Lobão, Eduardo Suplicy, Marco Maciel, Tasso Jereissati e Gérson Camata. O intertítulo da retranca intitulada “Decisão traz alívio para os senadores” destaca a fala de Gérson Camata em que ele diz que Antônio Carlos está tentando evitar o pior.

O periódico do Rio de Janeiro abre matérias sucessivas em que evidencia o envolvimento de Antônio Carlos Magalhães com as escutas ilegais. No dia 26 de fevereiro, sob o título “Sala de chefe de polícia era usada em grampos”, informa que delegado e assessor foram indiciados



por escuta ilegal e falsidade ideológica, mas se recusaram a apontar mandante da espionagem. No dia seguinte, 27 de fevereiro, O Globo diz em título “Grampo: juíza foi pressionada por Casa Civil”. O texto informa que o secretário da Casa Civil teria pedido que fosse retardada a apuração de irregularidades na central de escuta na Bahia. Em 28 de fevereiro, nova carga. O título informa “Dupla derrota para ACM” e o texto diz que o PT havia pedido investigação sobre os grampos ao Senado e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia denunciado o senador pelo caso do painel.

Em todas as matérias, o tom é de investigação isenta da participação do senador Antônio Carlos Magalhães nas escutas ilegais. O Globo veicula, sem cordialidade alguma, as informações. Não poupa o senador. Ele aparece sempre como a figura em cujos ombros pesam sempre as suspeitas. A evolução do caso é coberta pelo jornal sempre com destaque.

Uma das mais contundentes demonstrações de compromisso com a correção das informações quanto ao grampo na Bahia está na coluna “Panorama Político”, assinada pela jornalista Tereza Cruvinel e publicada em 13 de fevereiro. O texto diz que “o governador Paulo Souto tem pela frente o desafio de restabelecer o estado de direito na Bahia. (...) Houve grave violação dos preceitos constitucionais, através de autoridades judiciais coniventes ou manipuladas por agentes da Secretaria de Segurança Pública”. Absolutamente rigoroso e bem redigido, o texto compara o caso baiano com passagens recentes da História do Brasil em que vigoravam práticas ilegais em nome de interesses duvidosos. Prossegue:

“Sem exagero, depois da ditadura militar não se teve mais notícia de espionagem institucional de tal envergadura. (...) 200 pessoas (...) não tinham nada a ver com o crime, mas tiveram sua intimidade devassada. Quem pediu os grampos foi o responsável pelo inquérito, o delegado Valdir Barbosa, que, segundo o jornal ‘A Tarde’, no início do segundo mandato do governador, em janeiro, foi promovido a chefe da Polícia Civil”.

Adiante, Cruvinel diz que

“não importa se o governo federal prefere compressas frias (...) cabe ao governador Paulo Souto restabelecer o estado de direito quebrado com a violação dos incisos



X e XII do artigo 5º da Constituição, que consideram invioláveis a intimidade e a vida privada, o sigilo de correspondência, das comunicações telefônicas e telegráficas”.

A autora conclui: “Cabe-lhe (a Paulo Souto) dizer se a Bahia quer ser estado membro de uma federação democrática ou uma província de bananas”.

Deixando absolutamente evidente para seus leitores o envolvimento de ACM, mas resguardando-se pela falta de comprovações, o jornal publica, no dia 13 de fevereiro, a matéria “Grampo na Bahia atingiu até ex-amiga de ACM”. Sem ser textual, o lead deixa clara a possível participação de Antônio Carlos quando afirma que

“o esquema ilegal de grampos telefônicos (...) não se limitou a monitorar as ligações feitas por políticos da oposição local. (...) A escuta também grampeou telefones fixos e celulares de pessoas que já pertenceram ao círculo de amizade do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL), mas estavam rompidas com ele”.

Pela primeira vez, o nome de Antônio Carlos é mencionado em um título que trata dos grampos. Nesta data, em O Globo já não parece haver dúvidas da participação de ACM nas escutas ilegais.

No dia 6 de março, em matéria intitulada “Sarney arquiva pedido para investigar ACM”, O Globo diz que, alegando que o caso dos grampos na Bahia deve ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, o presidente do Senado arquivou o pedido de investigação.

4 – Algumas conclusões

A cobertura do jornal O Globo ao caso dos grampos na Bahia é exemplar da preocupação que boa parte do jornalismo brasileiro, principalmente o praticado por veículos de circulação nacional, demonstra hodiernamente com a correção da informação e os cânones de imparcialidade. Ressalte-se, entretanto, que essa não é, claramente, uma prática comum a todos os veículos brasileiros. Fartam os casos de jornais, TV’s e rádios estreitamente vinculados a interesses particulares de políticos e/ou grupos determinados.



Aqui, quer-se evidenciar, por outro lado, o processo de amadurecimento da mídia nacional, que, balizada por interesses diversos – dentre os quais chame-se a atenção particularmente para os de mercado –, precisa assumir postura de isenção, sob pena de perder audiência⁷.

Entre o abraço de afogado da cordialidade com Antônio Carlos Magalhães e o compromisso com seu público leitor, O Globo opta pela segunda alternativa. A definição da cobertura ancora-se, primeiro, na aceitação por parte do jornal fluminense de seu papel de espaço público, que sedia o debate com altas doses de isenção, o que implica consolidar sua respeitabilidade jornalística; e, segundo, ancora-se também em aspectos mercadológicos⁸.

Manter confusões, miscelâneas, entre as relações privadas e públicas com o senador baiano já não representa vantagens para O Globo. É preciso separar as relações pessoais, privadas, das públicas, ou empresariais. Já não interessa ao diário fluminense suprir a exigüidade de público leitor de outras épocas com favores de mecenas ou representantes do estado, que lhe possam garantir benesses. Enfim, não interessam as ações cordiais, que já auferiram ganhos para ambas as partes.

No episódio dos grampos, o papel da mídia como espaço público contemporâneo fica extremamente claro. O Globo distancia-se da prática cordial para que sua opção pelo jornalismo mostre-se evidente.

⁷ Não se trata de “endeuzar” o mercado como instância determinadora da correção midiática. Não há esse vínculo, aqui. Mas deve-se reconhecê-lo como um dos vetores que alteram o fazer jornalístico. Afinal, sem público leitor, O Globo, por exemplo, falharia como empresa capitalista. O debate sobre a transformação da cobertura midiática no Brasil anuncia-se incipiente, mas deverá se revelar longo. Ou não terá crescido a conscientização sobre o papel reservado à mídia na sociedade por parte da população? A cobertura midiática das eleições presidenciais de 1989 e 2002 terá sido a mesma?

⁸ Não se tem dúvida de que a respeitabilidade jornalística é também definidora da posição no mercado.



Bibliografia

- ARENDDT, Hanna. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.
- MAIA, Rousiley. *A Mídia e o Novo Espaço Público: a Reabilitação da Sociabilidade e a Formação Discursiva da Opinião*. In.: Comunicação & Política, v. 45, 1998.
- MIRANDA, José Bragança de. *Espaço Público, Política e Mediação*. In.: Revista de Comunicação e Linguagens. Nº 21 - Lisboa, 1995
- OLIVEIRA, Valdir. *Os Moinhos de Papel - Um Estudo Sobre a Narrativa Jornalística, o Repórter e a Cidadania na Imprensa Belo-horizontina*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e Cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj, 1998.
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Reportagem - Notas Sobre a Narrativa Jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- SOCRÉ, Muniz. *Reinventando @ cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 1998
- THOMPSON, John. *A Mídia e A Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.